

Título: **Apresentação da dissertação**

***PARA BELLUM - Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367).***

Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de História, na especialidade de História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor João Gouveia Monteiro.

Autor(es): **Miguel Gomes Martins**

Enquadramento Institucional: **Membro do IEM, FCSH-UNL**

Contacto: **miguel.martins-283@clix.pt**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. N.º6, (Julho 2009). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

***PARA BELLUM - Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367).***

Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de História, na especialidade de História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor João Gouveia Monteiro.

Com este trabalho, cronologicamente centrado num período de aproximadamente um século – balizado, por um lado, pelo início da Guerra Civil de 1245-1248 e, por outro, pelo final do reinado de D. Pedro I (1367) –, pretendemos identificar e compreender as principais características da organização e da prática da guerra durante os 100 anos que, por um lado, se seguiram ao final da Reconquista e, por outro, que antecederam o período de profundas alterações introduzidas na arte da guerra ao longo dos reinados de D. Fernando e de D. João I.

Procurámos fazê-lo numa perspectiva de “história da guerra total” e não apenas numa abordagem das suas vertentes estratégica e tática, pois como sublinhava Robert L. O’Connell, num estudo sobre as raízes sociológicas dos conflitos militares, a guerra “não é simplesmente violência armada. É antes uma instituição específica – premeditada e dirigida por uma forma de estrutura de governo; ligada com questões de natureza social e não individual; envolvendo a participação (ainda que nem sempre entusiástica) dos combatentes e que pretende obter resultados duradouros e não efêmeros”. Foi, pois, esta instituição que procurámos conhecer.

Sabíamos de antemão, em boa medida por experiência própria, que iríamos deparar com inúmeras dificuldades, sobretudo as que decorriam, da ainda reduzida bibliografia sobre o tema, por um lado, e do silêncio das fontes, por outro. Nesse sentido não vale a pena alongarmo-nos em lamentações acerca dessas questões, de sobremaneira conhecidas de todos quantos procuramos olhar mais atentamente para o tema da guerra na Idade Média.

Foi, pois com a plena consciência das dificuldades com que iríamos deparar, que elaborámos um plano de trabalho que permitisse responder – tanto quanto possível – à questão inicial: Como se organizava e praticava a guerra nos 100 anos que se seguiram ao final da Reconquista?

Para isso organizámos o nosso plano segundo cinco grandes temas, distribuídos por outros tantos capítulos.

No primeiro capítulo, debruçamo-nos sobre os protagonistas da guerra: os combatentes. Dirigimos a nossa atenção para as mesnadas senhoriais, as milícias concelhias – aquantados e besteiros do conto –, os contingentes das ordens militares e a guarda do rei. Observámos, assim, os problemas que se verificavam com a mobilização dos guerreiros, de que forma se processava o seu recrutamento e como eram recompensados, analisando igualmente as principais alterações operadas nos sistemas de recrutamento e de remuneração dos combatentes. Tentámos ainda perceber a composição, a cadeia de comando e a dimensão dos contingentes mobilizados e, sempre que possível, procurámos descortinar de que forma e em que circunstâncias eram convocados, bem como quais as principais operações em que intervieram.

Seguidamente, examinámos dois elementos essenciais para a eficácia de qualquer exército medieval: o armamento e os cavalos. Na nossa mira estiveram, por um lado, a produção e conservação de armas (defensivas e ofensivas) – cujas principais características procurámos, ainda que sumariamente, identificar – e, por outro, a criação de montadas para uso marcial. Observámos também os processos pelos quais umas e outras eram obtidas, os seus valores, e quais as medidas tomadas pelas autoridades responsáveis pela condução da guerra para obviar à sua escassez crónica. Concluímos o segundo capítulo, dedicado à preparação para a guerra, com uma breve análise da formação dos combatentes, tentando perceber de que modo, em que momentos da sua vida e onde se preparavam para a actividade bélica, identificando ainda os elementos que integravam as componentes teórica e prática desse mesmo adestramento.

No terceiro capítulo, analisámos as estruturas fixas de defesa, observando com detalhe as alterações verificadas, durante o período compreendido entre meados do século XIII e as décadas centrais da centúria seguinte, na forma como se distribuíam pelo território nacional, analisando, reinado a reinado, quais os passos dados nesse sentido. Procurámos ainda, se bem que de forma breve, examinar as características arquitectónicas essenciais dessas estruturas, para, de seguida, nos determos mais detalhadamente em diversas questões relacionadas com a construção e manutenção das fortalezas. Passámos, então, à observação das alterações operadas na cadeia de comando das praças-fortes, identificando as novas autoridades e respectivas competências e tentando perceber de que maneira se processava a atribuição das alcaidarias portuguesas. Para terminar, dirigimos o nosso olhar para as guarnições e para a forma como se processava a vigilância, defesa e policiamento das praças-fortes.

No quarto capítulo, onde fizemos convergir todos os temas atrás abordados, dedicámos a nossa atenção à prática concreta da guerra, começando, no entanto, por observar os principais passos dados antes do início das hostilidades, ou seja, o planeamento das campanhas, o financiamento da guerra e a nomeação dos fronteiros, por exemplo. Só então passámos à análise dos principais tipos de operações militares (pequenas e grandes expedições, operações de cerco e enfrentamentos campais), dos seus objectivos e dos conceitos estratégicos que lhes estavam subjacentes. Tentámos igualmente perceber a duração e temporalidade dessas operações, bem como a forma como se organizavam e como eram comandadas, a dimensão das forças envolvidas, como se

abasteciam as hostes, como se organizavam os seus acampamentos e quais os principais problemas que se colocavam a um exército em campanha. Por fim, procurámos perceber quais os modelos tácticos em que assentavam os combates em campo aberto, quais as alterações que, a esse respeito, surgiram ao longo do período em estudo e, de um modo geral, como decorriam, esses mesmos enfrentamentos, desde o momento em que as tropas eram dispostas no terreno até à altura em que era possível distinguir vencedores e vencidos.

Concluímos este nosso percurso pela guerra na Idade Média com um quinto capítulo, onde procurámos descortinar algumas das facetas mais significativas do impacto da guerra sobre os “não combatentes”, aqueles a quem hoje chamamos os “civis”. Debruçámo-nos, assim, sobre aspectos como a carga fiscal que lhes era imposta para o financiamento da guerra, ou as violências e abusos a que estavam sistematicamente sujeitos – e quais os motivos concretos que os desencadeavam –, não só por parte dos exércitos inimigos, como dos próprios guerreiros de quem esperariam receber protecção.

A análise de todas estas questões permitiu-nos perceber que, a partir de meados de Duzentos, a Coroa tomou consciência de que a organização militar do reino herdada do período da Reconquista não era já adequada à nova realidade geo-estratégica. A resposta plasmou-se na implementação de um vasto programa de reforma dos sistemas de recrutamento e de recompensa dos combatentes. A monarquia procurava, dessa forma, assegurar-se de que podia contar com um número estável de efectivos, sobretudo no que concerne aos contingentes fornecidos pela nobreza e por algumas milícias concelhias, assegurando-se também, através de um controlo mais apertado da liderança das ordens militares, de que estas instituições continuavam a manter um elevado grau de eficácia e, sobretudo, da sua colaboração nas empresas militares que levava a cabo. As inovações empreendidas pela Coroa ao longo do período em análise neste estudo procuram também solucionar – ainda que nem sempre com sucesso – os problemas crónicos de escassez de armas e de cavalos. Mas é a profunda reforma operada na rede de estruturas fixas de defesa que melhor atesta – como ainda hoje podemos verificar no terreno – as medidas implementadas pela monarquia para fazer face ao novo conceito estratégico do pós-Reconquista e que vão desde a introdução de novos modelos

arquitectónicos até à edificação de um elevado número de fortificações, passando pela desactivação de algumas estruturas de menor importância estratégica.

Mas se na organização militar do reino pudemos observar a implementação de um importante conjunto de alterações com vista à sua adaptação ao novo conceito estratégico do pós-Reconquista, no que diz respeito à prática da guerra propriamente dita, as modificações operadas ao longo do período em análise neste estudo são em muito menor número. De facto, os modelos tácticos pouco se alteram depois de meados de Duzentos, tal como os conceitos estratégicos que os enquadram, pelo que as acções armadas de meados de Trezentos pouco se distinguem das que haviam sido levadas a cabo durante a Reconquista. Descortinam-se, no entanto, importantes sinais de mudança na forma como a guerra era conduzida, tais como o facto de passar a ser a Coroa, quase em regime de exclusividade, a dirigir as operações militares. Assinalável é também a importância crescente dos combatentes apeados, reflexo da autêntica “revolução” que vinha a ser operada nos principais teatros de operações do Ocidente europeu e, simultaneamente, prenúncio das inovações que viriam a ser introduzidas na arte da guerra em Portugal, nas últimas décadas do século XIV.

Adaptando uma expressão célebre de Elena Lourie, poder-se-á afirmar que, a partir de meados de Duzentos, a sociedade outrora “organizada para a guerra”, surge profundamente “empenhada na reorganização da guerra”. Trata-se de uma reorganização minuciosa e que procura encontrar, sob o enquadramento exclusivo da monarquia – detentora, a partir de então, do monopólio da violência armada –, as formas mais eficazes para enfrentar com sucesso os seus novos desafios e adversários.